

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 12.686.989/0001-18

NIRE 35.300.564.553

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

20 de junho de 2023

ÍNDICE

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	4
III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS	6
ANEXO I.....	7
ANEXO II.....	9
ANEXO III.....	11

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 12.686.989/0001-18

NIRE 35.300.564.553

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos aos Senhores Acionistas acerca das matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da **HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que será realizada no dia 28 de junho de 2023, às 15:00 horas (“Assembleia”), de modo exclusivamente digital, conforme Edital de Convocação anexo ao presente Manual da Administração como **Anexo I**, cuja publicação ocorrerá nos dias **20, 21 e 22** de junho de 2023, no jornal “Diário Comercial”, conforme disposto no art. 124, §1º, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). O Relatório da Administração, anexo ao presente Manual da Administração como **Anexo II**, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foi publicado no dia 13 de maio de 2023 no jornal “Diário Comercial”, em edições impressa e eletrônica. As Demonstrações Financeiras da Companhia, anexas ao presente Manual da Administração como **Anexo III**, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram publicadas no jornal “Diário Comercial” no dia 13 de maio de 2023, em edições impressa e eletrônica.

O presente manual foi elaborado de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e nas demais disposições legais e estatutárias aplicáveis.

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração apresenta a proposta constante da ordem do dia a ser objeto de deliberação pelos Senhores Acionistas na Assembleia, conforme segue (“Proposta da Administração”):

A. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período.

A administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, (ii) o relatório dos auditores independentes e (iii) o relatório da administração. Tais documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia sem ressalvas em reunião realizada no dia 19 de junho de 2023, tendo os conselheiros recomendado sua aprovação pelos Acionistas.

Os documentos indicados no item (i) do parágrafo acima foram devidamente publicados nas edições impressa e eletrônica do jornal “Diário Comercial” do dia 13 de maio de 2023. Em 13 de maio de 2023 também foram publicados, nas edições impressa e eletrônica do jornal “Diário Comercial”, os documentos indicados nos itens (ii) e (iii) do parágrafo acima, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Tendo em conta que a publicação destes documentos ocorreu até 1 (um) mês antes da data da Assembleia, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações fica dispensada, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

B. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A administração da Companhia esclarece que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Diante disso, a administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados.

II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

A participação e votação na Assembleia, que será realizada de modo exclusivamente digital, poderá ocorrer das seguintes formas:

Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams (“MS Teams”).

A Companhia solicita aos acionistas que pretenderem participar da Assembleia que enviem e-mail ao ri@hederainvestimentos.com.br em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia (i) encaminhando os documentos de representação necessários indicados no Edital de Convocação e reproduzidos abaixo, em formato PDF (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pelo MS Teams), e (ii) solicitando as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma.

Os documentos de representação necessários, conforme indicados no Edital de Convocação, estão reproduzidos abaixo:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia	X	X	X
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

O acesso via MS Teams estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima (“Acionistas Credenciados”).

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

A Companhia ressalta ainda que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na Assembleia aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados, seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados, seus procuradores ou representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato por meio do e-mail ri@hederainvestimentos.com.br com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

Os Acionistas Credenciados, seus representantes legais ou procuradores que comparecerem à Assembleia deverão acessar a plataforma digital MS Teams com a câmera ligada por medidas de segurança, para que a Companhia verifique se a imagem da pessoa que está acessando a Assembleia coincide com a foto do documento de identidade enviado à Companhia. Se, por qualquer motivo, o Acionista Credenciado acessar a plataforma digital MS Teams sem a câmera ligada, ou se sua imagem não corresponder à da foto do documento de identidade enviado à Companhia, seu acesso não será validado e ele não poderá comparecer à Assembleia.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital MS Teams com antecedência de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos do início da Assembleia, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas Credenciados. A Companhia também sugere que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a ferramenta MS Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

A Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma MS Teams para participar da Assembleia.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do MS Teams com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia.

Os Acionistas Credenciados que participarem da Assembleia via MS Teams de acordo com as instruções acima serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença.

Acionistas Representados por Procuradores

A Administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Fica admitida a representação de acionistas pessoas jurídicas por representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem que haja a necessidade de tal mandatário ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia, conforme procedimentos acima.

III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Todos os documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na Assembleia também se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia e, no caso do edital de convocação da Assembleia, no seguinte endereço eletrônico: <https://hederainvestimentos.com.br/>. Em caso de dúvidas, favor contatar a Companhia por meio do e-mail ri@hederainvestimentos.com.br

São Paulo, 20 de junho de 2023.

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Juan Jose Blanchard

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Cópia do Edital de Convocação

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 12.686.989/0001-18

NIRE 35.300.564.553

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Senhores Acionistas da Hédera Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2023, às 15:00 horas (“Assembleia”), de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período; e **(b)** deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Informações Gerais:

Com o objetivo de facilitar os trabalhos da Assembleia, a Companhia solicita que os acionistas que pretenderem participar da Assembleia enviem e-mail ao ri@hederainvestimentos.com.br até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando os documentos descritos na tabela abaixo à Companhia, conforme aplicáveis.

Poderão participar da Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia na data da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, observado o disposto no art. 126 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia	X	X	X
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto

Finalmente, em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, este edital e os demais documentos de interesse dos Senhores Acionistas encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: www.hederainvestimentos.com.br. Em caso de dúvidas, favor contatar a Companhia por meio do e-mail ri@hederainvestimentos.com.br.

São Paulo, 20 de junho de 2023.

Juan Jose Blanchard
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II

Relatório da Administração

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 12.686.989/0001-18

NIRE 35.300.564.553

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023 PARA
DELIBERAR SOBRE A APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

10 de maio de 2023

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 12.686.989/0001-18

NIRE 35.300.564.553

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A administração da Hédera Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado que desenvolve exclusivamente atividades de holding, apresenta a seguir os principais resultados e eventos relevantes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia é uma controlada direta da Sugar Holdings B.V. e integrante do Grupo Louis Dreyfus (“Grupo”).

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, bem como conforme os mecanismos de controles internos estabelecidos pela Companhia, de modo que refletem a realidade financeira da Companhia, estando livres de distorção relevante.

Em referido exercício social foi realizada a liquidação de grande parte da dívida da Companhia com bancos, por meio de mútuos contraídos pela Companhia com a sua controladora. Ainda que a sua posição de caixa, aplicações financeiras e contas a receber em menos de 90 (noventa) dias tenham tido incremento significativo em comparação com o exercício encerrado em 2021, foi apurado prejuízo, especialmente em função do resultado financeiro da Companhia, que foi impactado majoritariamente pelos juros decorrentes de empréstimos e financiamentos aos quais são contratualmente garantidos pela controladora e pelo ajuste a valor justo de investimento em participações societárias detidas pela Companhia.

Para o próximo exercício social, a administração da Companhia vislumbra redução significativa dos prejuízos em razão da alienação de determinadas participações societárias detidas pela Companhia para geração de caixa, além da liquidação de empréstimos bancários e de outros passivos.

Com base nas informações financeiras apresentadas, a administração entende que há recursos razoavelmente adequados para a continuidade da Companhia.

II. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Todos os documentos de interesse dos Senhores Acionistas também se encontram à disposição na sede social da Companhia e no seguinte endereço eletrônico: <https://hederainvestimentos.com.br/>. Em caso de dúvidas, favor contatar a Companhia por meio do e-mail ri@hederainvestimentos.com.br

São Paulo, 10 de maio de 2023.

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ANEXO III

Demonstrações Financeiras da Companhia

Hédera Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Hédera Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hédera Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hédera Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	123	53	Empréstimos e financiamentos	11	58.499	60.637
Aplicações financeiras	5	22.819	2.341	Impostos e contribuições a recolher	13	35	1.230
Contas a receber	6	46	10.749	Partes relacionadas	15	23.158	-
Impostos a recuperar	7	37	8	Fornecedores	12	768	653
Ativo disponível para venda	9	175.276	-	Outras contas a pagar	14	62.612	-
Total do ativo circulante		<u>198.301</u>	<u>13.151</u>	Total do passivo circulante		<u>145.072</u>	<u>62.520</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos patrimoniais	10	1.236.455	2.125.777	Empréstimos e financiamentos	11	1.361.363	3.121.027
Impostos a recuperar	7	3.518	2.099	Partes relacionadas	15	1.876.807	-
Investimentos	9	-	225.307	Total do passivo não circulante		<u>3.238.170</u>	<u>3.121.027</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.239.973</u>	<u>2.353.183</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
				Capital social	16.a)	4.311.970	4.311.970
				Outras reservas		8.990	8.990
				Outros resultados abrangentes		44.175	44.621
				Prejuízos acumulados		<u>(6.310.103)</u>	<u>(5.182.794)</u>
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(1.944.968)</u>	<u>(817.213)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.438.274</u></u>	<u><u>2.366.334</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u><u>1.438.274</u></u>	<u><u>2.366.334</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(972.103)	97.356
Receitas sobre investimentos	10	9.178	12.646
Gerais e administrativas	17	(18.190)	(8.749)
Resultado de equivalência patrimonial	9	13.780	568.598
Dividendos recebidos		39.884	-
Ajuste a valor justo sobre ações	10	(889.322)	(221.504)
Ajuste ao valor recuperável	9	(51.308)	-
Resultado Earn Out Biosev		(76.125)	(253.635)
		<hr/>	<hr/>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(972.103)	97.356
Resultado Financeiro Líquido	18	(155.206)	(210.356)
		<hr/>	<hr/>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(1.127.309)	(113.000)
		<hr/>	<hr/>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>(1.127.309)</u>	<u>(113.000)</u>
		<hr/>	<hr/>
RESULTADO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			
Básico e diluído	19	(1,10)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(1.127.309)</u>	<u>(113.000)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ajustes acumulados de conversão	(446)	18.893
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>-</u>	<u>(65.180)</u>
	(446)	(46.287)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(1.127.755)</u></u>	<u><u>(159.287)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Outras reservas	Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido negativo
				Ajustes de avaliação Patrimonial	Ajustes acumulados de conversão		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.901.727	8.990	948.299	25.728	(5.543.790)	(659.046)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(113.000)	(113.000)
Outros resultados abrangentes	16.d)	-	-	(948.299)	18.893	883.119	(46.287)
Resultado abrangente do exercício		-	-	(948.299)	18.893	770.119	(159.287)
Perda sobre o investimento em controlada						(409.123)	(409.123)
Aumento de capital	16.a)	410.243	-	-	-	-	410.243
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>4.311.970</u>	<u>8.990</u>	<u>-</u>	<u>44.621</u>	<u>(5.182.794)</u>	<u>(817.213)</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	(1.127.309)	(1.127.309)
Outros resultados abrangentes:	16.d)	-	-	-	(446)	-	(446)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	(446)	(1.127.309)	(1.127.755)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>4.311.970</u>	<u>8.990</u>	<u>-</u>	<u>44.175</u>	<u>(6.310.103)</u>	<u>(1.944.968)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		(1.127.309)	(113.000)
Amortização do ágio alocado na concessão	9	12.059	5.024
Resultado de equivalência patrimonial	9	(13.780)	(568.598)
Realização de outros resultados abrangentes de controlada		-	119.502
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		57.685	182.508
Juros sobre Capital próprio de investimento em bolsa de valores	10	(9.178)	(12.650)
Dividendos sobre ações em bolsa de valores	10	(39.884)	-
Provisões diversas		-	2.071
Provisão de comissões sobre empréstimos		386	-
Ajuste de Earn out sobre venda Biosev	14	62.612	-
Ajuste ao valor recuperável	9	51.308	-
Ajuste a Valor de mercado sobre Títulos Patrimoniais (Raízen)	10	889.322	221.504
		<u>(116.779)</u>	<u>(163.639)</u>
Redução (aumento) de ativos:			
Impostos a recuperar		(72)	(1.912)
Caixa recebido de Juros sobre Capital Próprio	10	18.550	-
Caixa recebido de Dividendos sobre investimento em bolsa de valores	10	39.884	-
Outras contas a receber	12	59	-
		<u>58.421</u>	<u>(1.912)</u>
Aumento (redução) de passivos:			
Partes relacionadas		-	477
Recolhimento de impostos		(1.195)	-
Outras obrigações		150	1.224
		<u>(1.045)</u>	<u>1.701</u>
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais, antes de juros		(59.403)	(163.850)
Juros de operações de arrendamento e empréstimos e financiamentos pagos	11	(195.351)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(254.754)</u>	<u>(163.850)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução (aumento) de aplicações financeiras		(20.004)	(2.249)
Redução (aumento) de investimentos	9	-	(3.010.674)
Venda de investimentos	9	-	2.504.791
Aquisição de títulos patrimoniais	10	-	(2.347.281)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(20.004)</u>	<u>(2.855.413)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	16	-	1.120
Captação de empréstimos e financiamentos	11	195.351	3.017.965
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	11	(1.792.268)	-
Pagamento de comissões sobre empréstimos	11	(5.027)	-
Partes relacionadas		1.876.772	(2.858)
Caixa Gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>274.828</u>	<u>3.016.227</u>
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>70</u>	<u>(3.036)</u>
EFEITO DE CONVERSÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	53	3.089
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	4	123	53
Itens que não afetam o caixa			
Outros resultados abrangentes Investida		446	184.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

HÉDERA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hédera Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto social as atividades de: realização de aplicações e investimentos financeiros com recursos próprios; e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior.

A Companhia é uma controlada direta da Sugar Holdings B.V. (“Controladora”), empresa subsidiária do Grupo Louis Dreyfus Company (“Grupo LDC”). A Controladora possui 99,9% das quotas da Companhia em sociedade com a Louis Dreyfus Commodities & Energy Holdings N.V e com acionistas minoritários, que juntos detém 0,1% das ações.

Desempenho financeiro:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízo de R\$1.127.309 (prejuízo de R\$R\$113.000 em 2021) e patrimônio líquido negativo de R\$1.944.968 (patrimônio líquido negativo de R\$817.213 em 2021), e o passivo circulante, excede o ativo circulante em R\$75.088 (ativo circulante excede passivo circulante em R\$49.369 em 2021). O capital circulante líquido negativo foi gerado majoritariamente pelos juros incorridos com os empréstimos e financiamentos aos quais são contratualmente garantidos pela controladora.

Como indicado nas demonstrações financeiras, a Companhia tem um nível de alavancagem elevado. O saldo de empréstimos e financiamentos vincendos nos próximos 12 meses equivale a R\$58.499 contra uma posição de caixa, aplicações financeiras e contas a receber em menos de 90 dias de R\$23.025 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia conta com os fluxos de caixa oriundos da venda dos títulos patrimoniais e do investimento conforme divulgado na nota explicativa TEAG.

Os administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo, vez que conta com o compromisso financeiro de sua Grupo controlador quanto a suportar necessidade de caixa, caso necessário. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, e investimentos mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração da Companhia deve, no final de cada exercício social, faz uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras que foram ajustadas e arredondadas, quando apropriado, para referência interna nestas demonstrações financeiras e conveniência do leitor.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriores apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes alterações aos pronunciamentos e interpretações se tornaram mandatórias a partir de 1º de janeiro de 2022, foram avaliadas pela administração e não tiveram impacto material na posição financeira ou nos resultados das operações da Companhia.

Alterações aos pronunciamentos e interpretações	Descrição da alteração	Aplicação Mandatória
CPC 27 / IAS 16	Alterações da CPC 27: Imobilizado: Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 / IAS 37	Alterações na CPC 25: Provisão para contingências ativas e passivas: Contratos onerosos – custo de cumprimento de contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3	Alterações do CPC 15 / IFRS 3: Combinação de negócio: Referências à Estrutura Conceitual.	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais nas normas IFRS (2018-2020)	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Ativos Biológicos	1º de janeiro de 2022

Os seguintes pronunciamentos e interpretações, novos e revisados, foram emitidos e ainda não eram aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Pronunciamentos e interpretações	Descrição do pronunciamento ou revisão	Aplicação mandatória
CPC 23 / IAS 8	Alterações Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	1º de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17	Contrato de Seguros, incluindo as alterações da CPC 50	1º de janeiro de 2023
CPC 26 / IAS 1	Alterações da CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12	Alterações Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	1º de janeiro de 2023

Não são esperados impactos materiais com a adoção das referidas normas.

3.2. Moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional

Em 2021 houve a reestruturação das operações da Hédera, surgindo a necessidade de revisão da determinação de sua moeda funcional, de acordo com o pronunciamento CPC 02. A Companhia é uma *holding*, sem operações próprias e não tendo produtos e determinação de preços a esses produtos. Abaixo são listados os principais eventos gatilho da revisão de moeda funcional, bem como qual a principal moeda que afeta cada um dos subitens:

- Obtenção de financiamentos diretos na Hédera, que representam a transferência de parte das dívidas até então registradas na sua controlada Biosev. Esses financiamentos, registrados na Companhia são 50% denominados em real e 50% denominados em US dólar.
- Venda da participação da controlada Biosev, por meio da contribuição das ações da Biosev (100%) detidas por Hédera como integralização de capital na Raízen.
- Hédera passou a ter participação minoritária na Raízen, investimento tal que é considerado como instrumento financeiros, avaliado a valor justo, com base na cotação das ações na bolsa da Raízen (conforme pronunciamento CPC 48). Essa avaliação a valor justo terá como base o valor denominado em real.
- Retenção de investimento indireto na coligada Teag (50%). A Teag possui como moeda funcional, o real e esse investimento será registrado pelo método de equivalência patrimonial.
- Os fluxos de recursos a serem gerados na Hédera serão decorrentes de dividendos dos investimentos em Teag e Raízen, que serão recebidos em real.
- As despesas operacionais incorridas na Companhia serão em geral denominadas em real, como contratação de fornecedores de serviços, auditorias, consultorias, despesas de cartório.

A Administração, após análise das operações e dos negócios da Companhia, concluiu pela adoção do real (R\$) como moeda funcional e alteração foi feita na data de 10 de agosto de 2021, mesma data da reestruturação societária descrita nesta Demonstração no item 1 – Contexto Operacional

3.2.2. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em reais (R\$), assim como a moeda funcional.

3.2.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em outras moedas estrangeiras, não conduzidas na moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente no encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3. Bases de não consolidação e investimentos em controladas

A Companhia tem como controlada apenas a empresa SOP, cujo único saldo relevante é sua participação de 50% na empresa TEAG que, por sua vez, não deve ser consolidada por não ter o controle da investida, de acordo com o CPC 36.

3.4. Combinação de negócios

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas e amortizações do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa da Companhia que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou indícios de que o valor registrado de seu ágio seja inferior ao valor de realização e efetuou a baixa proporcional como um impairment conforme divulgado na nota 9 - Investimentos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, sendo que, todas as aplicações financeiras classificadas nessa rubrica têm disponibilidade imediata na data em que são efetuadas e/ou vencimento inferiores a 90 dias, e estão registradas por seus valores atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, sendo que tais valores não excedem os respectivos valores de negociação.

3.6. Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

3.7. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ao longo de 2022, a Companhia reavaliou o valor do investimento que mantém na Sociedade Portuária de São Paulo S.A com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados ao valor presente e dos investimentos contratados na concessão com o Porto como definidos pelo contrato de intenção de compra e venda assinados com a LDC Brasil, como detalhado na nota 9. Em decorrência da respectiva intenção de venda, a Companhia efetuou a apresentação do valor como sendo um ativo mantido para venda no Balanço patrimonial.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo, atualizados monetariamente e líquidos de provisões para não realização, quando aplicável.

3.10. Partes Relacionadas

A Companhia possui normas e políticas internas que regulam a realização de transações entre partes relacionadas, a fim de assegurar que transações com partes relacionadas sejam executadas a preço, condições e custos usuais de mercado ou, com base nas condições de quaisquer negócios anteriormente realizados em condições comutativas ou, no caso de ausência de termos usuais de mercado e de negócio prévio, contratadas em condições comutativas, no melhor interesse da Companhia, e estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras. Para efeitos da política de transações com partes relacionadas da Companhia, condições de mercado são aquelas condições para as quais princípios foram observados durante a negociação, como os princípios de competitividade (preços dos serviços e condições compatíveis com o mercado, se aplicável ou possível); de adequação (aderência dos serviços prestados aos termos contratuais e responsabilidades da Companhia, assim como adequado controle de segurança de informação); e de transparência (adequada divulgação das condições acordadas e sua adequada aplicação, assim como os seus efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia).

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações e para o registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, das estimativas e das premissas contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis no encerramento de cada exercício, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, mas não se limitam a várias estimativas, tais como realização dos amortização da concessão e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução ao valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os passivos originados de empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à originação do passivo financeiro. Esses passivos são avaliados subseqüentemente pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o seu vencimento. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

De acordo com o CPC 08 (R1) Custo de Transação, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos e/ou financiamentos são contabilizados como redutor do montante captado e apropriados ao resultado ao longo do contrato pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base no princípio de competência tendo em conta as leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas das demonstrações financeiras, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia avalia o histórico de rentabilidade e geração de lucros tributáveis para fins de avaliação se é provável ou não a geração futuro de lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas nas datas das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido nas datas das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Instrumentos financeiros

3.14.1. Classificação

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos mesmos.

Os ativos e passivos financeiros podem ser mensurados em três categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram.

Na tabela a seguir será apresentada a classificação de ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio adotado:

<u>Modelo de Negócios - Objetivo</u>	<u>Classificação</u>
Recebermos pagamentos ao longo da vida do instrumento	Custo amortizado
Receber fluxos de caixa contratual e vendê-los	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Manter para negociação ou mensurados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos financeiros incluídos podem ser observados na nota explicativa 20 – Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros nesta categoria incluem:

- i) Ativos financeiros mantidos para negociação adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo (Fundos de investimento de renda fixa e contas a receber - Recebíveis sujeitos à antecipação);
- ii) Ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos em títulos patrimoniais e ações conforme nota explicativa 10 – Títulos Patrimoniais; e
- iii) Instrumentos financeiros derivativos, exceto aqueles que estejam designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa, que são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros nesta categoria incluem:

- i) Aplicações financeiras;
- ii) Caixa e equivalentes de caixa (Depósitos Bancários a vista, Aplicações financeiras);
- iii) Contas a receber (Recebíveis pela distribuição de juros sobre capital próprio de títulos patrimoniais); e,
- iv) Outros ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros nesta categoria incluem:

- i) Instrumentos derivativos designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa;
- ii) Aplicações financeiras e debêntures;

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros nesta categoria incluem:

- i) Instrumentos financeiros derivativos, exceto aqueles que estejam designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa, que são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- ii) Passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e que atendam os critérios do CPC 48 como segue:

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimentos documentados do Grupo e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros nesta categoria incluem:

- i) Empréstimos e Financiamentos;
- ii) Fornecedores; e
- iii) Outros passivos financeiros.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa;

Em 31 de dezembro de 2022, o item acima está incluído e pode ser classificado no passivo circulante e não circulante, conforme aplicável.

3.14.2. Reconhecimento inicial e subsequente de ativos e passivos financeiros incluindo derivativos

Ativos Financeiros	<p>Instrumentos Financeiros Derivativos são mensurados: Ao valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa - que são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.</p> <p>Instrumentos Financeiros não Derivativos são mensurados:</p> <ol style="list-style-type: none">i) Ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição;ii) Ao custo amortizado mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável; eiii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes exceto para perdas ou reversões de redução ao valor recuperável que são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.
Passivos Financeiros	<p>Instrumentos Financeiros Derivativos são mensurados: Ao valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa - que são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.</p> <p>Instrumentos Financeiros não Derivativos são mensurados: Ao valor justo por meio do resultado para aqueles designados no reconhecimento inicial cujos critérios do CPC 48 forem atendidos (Em 31 de dezembro de 2022 não havia itens com essa classificação); e</p> <p>Ao custo amortizado mensurados utilizando o método da taxa de juros efetiva que é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado como despesa financeira quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.</p>

3.14.3. Desconhecimento de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando o direito de receber fluxo de caixa expirar ou caso a Companhia transfira seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assuma uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasso”.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.14.4. Avaliação de instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações não baseadas em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

A Companhia entende que utiliza técnicas de avaliação e premissas adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como dispõe de ferramentas adequadas de projeção e monitoramento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	123	53
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>123</u>	<u>53</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras	22.819	2.341
Ativo Circulante	<u>22.819</u>	<u>2.341</u>

As aplicações financeiras com vencimento acima de 90 dias referem-se substancialmente as operações de Cédulas de Debêntures - CDs, Certificado de Depósito Bancário - CDBs e estão indexadas à taxa de 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2022 (101% em 2021). As aplicações estão atualizadas pelos rendimentos auferidos no encerramento de cada exercício, não excedendo o valor de negociação. A variação ocorrida é em decorrência dos investimentos realizados em infraestrutura no terminal.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros créditos	46	-
Juros sobre capital próprio	-	10.749
Total	<u>46</u>	<u>10.749</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda retido na fonte	3.555	2.107
Ativo circulante	37	8
Ativo não circulante	<u>3.518</u>	<u>2.099</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.127.309)	(113.000)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>383.285</u>	<u>38.420</u>
Diferenças permanentes:		
Provisão para créditos de impostos		
Equivalência patrimonial	4.685	193.323
Dividendos	13.561	-
Créditos fiscais não reconhecidos	(393.657)	(225.320)
Outras Exclusões	<u>(7.874)</u>	<u>(6.423)</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

9. INVESTIMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimentos em coligada	38.671	25.336
Ágio por mais-valia apurado em combinação de negócios	187.913	199.971
Ajuste de valor recuperável do investimento (ii)	(51.308)	-
Transferência para ativo disponível para venda (i)	<u>(175.276)</u>	<u>-</u>
Total	<u>-</u>	<u>225.307</u>

(i) Ao longo de 2022 a administração da Companhia decidiu alienar o investimento na SOP, gerando a reclassificação do saldo de investimento para ativo mantido para a venda. Os detalhes relacionados à transação ocorrida em 25 de março de 2023 foram apresentados na nota explicativa 21.

(ii) Conforme mencionado acima, como parte da remensuração daquele ativo a companhia registrou um ajuste de recuperação de valor de investimento que possui na Sociedade Portuária de São Paulo S/A no valor de R\$51.308. O valor foi determinado com base em negociação entre os acionistas e formalizado contratualmente.

a) Participação em empresas controladas e controlada em conjunto:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	SOP	SOP
Capital social	20.928	20.928
Lucro do exercício	13.780	681
Patrimônio líquido	38.671	25.336
Participação no capital	100%	100%
Valor de investimentos em controladas por equivalência patrimonial	38.671	25.336
Ágio/Valor justo líquido da concessão	<u>187.913</u>	<u>199.971</u>
Investimentos	<u>226.584</u>	<u>225.307</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13.780	681

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	225.307	(659.468)
Aquisição de participação	-	234.918
Aumento de Capital	-	2.781.023
Redução de capital	-	(5.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13.780	568.598
Outros resultados abrangentes Investida	(445)	(184.681)
Venda de investimento - Biosev	-	(2.504.791)
Ajuste ao valor recuperável	(51.308)	-
Amortização e ágio alocado na concessão	(12.059)	(5.024)
Outros	<u>1</u>	<u>(1)</u>
Transferência para ativo disponível para venda (*)	<u>(175.276)</u>	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>225.307</u>
Investimento	<u>-</u>	<u>225.307</u>

As empresas investidas são as seguintes:

	Participação e capital votante detido - %		Tipo de Controle
	2022	2021	
SOP - Sociedade Operadora Portuária de São Paulo S.A.	100	100	Direto
TEAG – Terminal Exportador de Açúcar do Guarujá S.A.	50	50	Indireto

O resumo das demonstrações financeiras das coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2022 é apresentado a seguir:

	SOP		TEAG	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	160	23	68.308	82.142
Ativo não circulante	39.986	26.414	271.292	166.685
Passivo circulante	1.474	1.101	45.926	81.343
Passivo não circulante	-	-	213.702	114.245
Patrimônio líquido	<u>38.671</u>	<u>25.336</u>	<u>79.972</u>	<u>53.239</u>
Resultado	13.780	1.698	28.033	13.312

10. TÍTULOS PATRIMONIAIS

A Companhia detém em 31 de dezembro de 2022 o investimento em ações da empresa Raízen S.A., que possui capital negociado na bolsa de valores de São Paulo B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o ticket name “RAIZ4”. O preço por ação utilizado para valorização na data de fechamento é a cotação da B3.

	2022	2021
e	330.602.900	330.602.900
Valor da ação	<u>3,74</u>	<u>6,43</u>
Total investimento em ações	<u>1.236.455</u>	<u>2.125.777</u>

A movimentação do investimento em títulos patrimoniais está apresentada abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	2.125.777	2.347.281
Ajuste a valor justo	<u>(889.322)</u>	<u>(221.504)</u>
Saldo final	<u>1.236.455</u>	<u>2.125.777</u>

A “RAIZ4” fez as seguintes distribuições em 2022 e em 2021:

Distribuições	Data comunicado	Valor por ação	Valor bruto	IRRF	Valor líquido	Data recebimento
JCP	set/2021	0,016239	5.371	(807)	4.564	25/03/2022
JCP	dez/2021	0,022011	7.279	(1.094)	6.185	25/03/2022
JCP	mar/2022	0,027761	9.178	(1.377)	7.801	27/04/2022
			<u>21.827</u>	<u>(3.277)</u>	<u>18.550</u>	
Dividendos	set/2022	0,031595	10.445	-	10.445	13/10/2022
Dividendos	dez/2022	0,089046	29.439	-	29.439	22/12/2022
			<u>39.884</u>	<u>-</u>	<u>39.884</u>	

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Descrição	Garantias	Encargos financeiros	Moeda	Ano de Vencimento (*)	2022	2021
Cédula de Crédito Bancário	(a)	Taxa de juros de 120% do CDI	Real	2031	779.112	1.466.374
Cédula de Crédito Bancário 4.131	(a)	Variação cambial mais juros de LIBOR 12M acrescidos de 2% a.a.	Dólar	2031	640.751	1.715.290
					1.419.862	3.181.664
Circulante					58.499	60.637
Não circulante					<u>1.361.363</u>	<u>3.121.027</u>

(a) Garantia corporativa da Sugar Holdings B.V.

(*) Refere-se à última data de vencimento dos contratos.

A parcela do passivo não circulante apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

	2022	2021
2025 em diante	<u>1.361.363</u>	<u>3.121.027</u>
	<u>1.361.363</u>	<u>3.121.027</u>

Os contratos não possuem cláusulas restritivas contendo *covenants* financeiros.

11.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	3.181.664	-
Captações	195.351	3.017.965
Pagamentos de principal	(1.792.268)	-
Pagamentos de juros	(195.351)	-
Pagamentos de comissões	(5.027)	-
Juros, comissões e Variações cambiais, líquidos	35.493	163.699
Saldo Final	<u>1.419.862</u>	<u>3.181.664</u>

12. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	326	176
Partes relacionadas (*)	442	477
Total	<u>768</u>	<u>653</u>

(*) Conforme nota explicativa 15.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e contribuições a recolher	<u>35</u>	<u>1.230</u>

14. OUTRAS CONTAS À PAGAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo de earn out (Raízen) (*)	62.612	-
Total	<u>62.612</u>	<u>-</u>

(*) Valor refere-se ao ajuste de earn out referente ao contrato de venda das ações da anteriormente controlada Biosev S.A. para a Raízen.

15. PARTES RELACIONADAS

As informações relacionadas a transações com partes relacionadas não alteraram de forma relevante em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

As transações com partes relacionadas apresentadas nos quadros abaixo, referem-se basicamente a: (i) operações de mútuo; (ii) compartilhamento de custos relacionados a compartilhamento mútuo de estruturas.

Os contratos de mútuo que envolvem as empresas sediadas no exterior são atualizados monetariamente pela taxa de juros fixa de 2,5% ao ano e tem prazo de vencimento de 2023 a 2032.

Os quadros a seguir apresentam os saldos e transações em 31 de dezembro 2022 entre a Companhia e suas partes relacionadas em seu balanço:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado		
Resultado Financeiro Líquido (i)	(23.158)	(10)
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	-	(10)
Sugar Holdings B.V.	(23.158)	-
Serviços administrativos (ii)	<u>(1.765)</u>	<u>(784)</u>
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	(1.765)	(784)
Balanço Patrimonial	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar (iii)	442	477
Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	442	477
Operações de mútuo a Curto Prazo	23.158	-
Sugar Holdings B.V.	<u>23.158</u>	-
Operações de mútuo a Longo Prazo	1.876.807	-
Sugar Holdings B.V.	<u>1.876.807</u>	-
Total do passivo	<u><u>1.900.406</u></u>	<u><u>477</u></u>

(i) Conforme nota explicativa 18.

(ii) Conforme nota explicativa 17.

(iii) Conforme nota explicativa 12.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado e subscrito da Companhia, dividido em 3.901.727.355 ações sem valor nominal, está demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valor	4.311.970	4.311.970
Quantidade de ações	1.020.429.426	1.020.429.426

Em 16 de março de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital de sua controladora, Sugar Holdings B.V. no valor de R\$1.120 sem emissão de novas ações.

Em 8 de abril de 2021 a Companhia aumentou o seu capital e R\$409.123 com emissão de 209.852.718 ações totalmente subscritas pelos administradores da Biosev, por conta de seus acionistas, nos termos do Protocolo de Incorporação de Ações. Dentro desse montante R\$17.215 pertence aos acionistas minoritários.

A Sugar Holdings B.V. é detentora de 99,9% do capital social da Companhia (99,13% em 2021).

b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, limitado a 20% do capital social, será destinado à constituição de reserva legal, exceto quando a Companhia apresentar prejuízos acumulados.

c) Reserva de retenção de lucros

Representa a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício que deverá ser utilizado para investimentos de acordo com o orçamento de capital da Companhia ou a absorção de prejuízos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A investida utiliza algumas estratégias para proteger seus fluxos de caixa futuros do impacto de variáveis relevantes, tais como oscilações de câmbio e volatilidade de preços no mercado. Essas estratégias consistem na contratação de instrumentos financeiros derivativos específicos para cada tipo de risco (futuros, "swap", "NDF" etc.). Alguns desses instrumentos financeiros são designados como instrumento de "hedge" atrelados a um risco específico determinado e documentado. Ganhos ou perdas resultantes das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os saldos contidos nos ajustes de avaliação patrimonial em 2020 foram extintos devido a venda da controlada Biosev em 2021.

17. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza do custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados e das despesas gerais, administrativas e de vendas são como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Amortização	(12.059)	(5.024)
Despesas cartorárias	(6)	(712)
Despesas com serviços de Terceiros	(4.154)	(2.210)
Despesas com serviços administrativos com Partes Relacionadas (*)	(1.765)	(784)
Outras despesas	(207)	(19)
TOTAL	<u>(18.190)</u>	<u>(8.749)</u>

(*) Conforme nota explicativa 15.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros incorridos com terceiros	(199.283)	(60.637)
Juros Selic	105	4
Juros incorridos com partes relacionadas (*)	(23.158)	(10)
Juros de aplicação de renda fixa	474	92
Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(32)	(26.683)
Varição Cambial	68.555	(121.950)
Outras receitas/despesas financeiras	(1.867)	(1.172)
Total do resultado financeiro líquido	<u>(155.206)</u>	<u>(210.356)</u>

(*) Conforme nota explicativa 15.

19. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Hédera dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2022	2021
Resultado do exercício atribuível		
à participação dos acionistas controladores	(1.127.309)	(113.000)
Quantidade média ponderada de ações para fins de cálculo do resultado básico e diluído por ação	<u>1.020.429.426</u>	<u>1.020.429.426</u>
Total do resultado básico e diluído por ação	<u>(1,10)</u>	<u>(0,11)</u>

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Gerenciamento de riscos

20.1.1. Gestão de risco cambial

Devido ao fato de a moeda funcional da companhia ser o real (R\$), as operações denominadas em moeda estrangeira estão expostas ao risco de flutuação cambial. Com o objetivo de reduzir a variabilidade no resultado e balanço decorrente de custos e dívida denominados em dólar norte-americano, a 31 de dezembro de 2022.

20.1.2. Gestão de risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros pós-fixadas (Libor USD e CDI) decorrente de empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras.

20.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são apresentados pelo seu valor contratual, uma vez que as características dos instrumentos se aproximam do valor de mercado. As categorias são como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	123	53
Aplicações financeiras e debêntures (nota 5)	22.819	2.341
Contas a receber (nota 6)	46	10.749
Títulos patrimoniais (nota 10)	-	2.125.777
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	1.419.862	3.181.664
Fornecedores (nota 12)	23.925	654

20.3. Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação da taxa de câmbio. O quadro a seguir detalha a sensibilidade da Companhia a uma variação de 7,30%, valor correspondente à volatilidade semestral da sua moeda funcional real (R\$) em relação à moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$). E com base na exposição a taxas de juros, foi definida como cenário uma variação de acordo com a volatilidade semestral na taxa de juros doméstica, 15 “basis points” na curva de cupom cambial e volatilidade semestral na curva de LIBOR. Esse cenário reflete a expectativa da Administração com relação a esse fator de risco:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Risco Cambial		
Com alta de moeda estrangeira	287.113	125.216
Com baixa de moeda estrangeira	(287.113)	(125.216)
Risco de Taxa de Juros		
Alta nos juros	(4.551)	(5.690)
Baixa nos juros	4.551	5.690

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda de ações RAIZEN

Os ativos financeiros relacionados na nota explicativa nº10 foram alienados em 1º de fevereiro de 2023 pelo montante bruto de R\$1.041.399.135,00 (um bilhão, quarenta e um milhões, trezentos e noventa e nove mil, cento e trinta e cinco reais), sendo o valor de R\$3,15 (três reais e quinze centavos) por ação gerando um resultado negativo de R\$46.284.406,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e seis reais). Os recursos recebidos nessa transação foram utilizados para as liquidações dos empréstimos bancários.

Liquidação de empréstimos e outros passivos

No primeiro trimestre de 2023, a entidade pagou US\$12 milhões referente ao ajuste de preço para a Raízen constantes na nota explicativa nº14, liquidou totalmente os empréstimos da nota explicativa nº11 e captou uma dívida com a Sugar Holdings B.V. de US\$87 milhões conforme nota explicativa nº15.

Alienação participação TEAG

A Entidade assinou em 25 de março de 2023 um acordo para a alienação de seu investimento na SOP (Sociedade Operadora Portuária de São Paulo S.A.) que detém participação de 50% do TEAG (Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá S.A.), no município do Guarujá (SP) com a Louis Dreyfus Company Brasil S.A. Essa transação ainda está sujeita às aprovações dos órgãos competentes e tem previsão de conclusão em 2023.